

A Inserção do Direito Animal como Disciplina Obrigatória nos Cursos de Medicina Veterinária: Desafios e Perspectivas.

Antonielson dos Santos (IFPB, Campus Sousa), Juliana Maria Rocha Pinheiro Bezerra da Silva (UERN, Campus Mossoró), Clara Andrielem Baia Batista (IFAP, Campus Porto Grande), Katarine de Souza Rocha (IFPB Campus Sousa), Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha (IFBaiano Campus Guanambi), Fabrícia Geovânia Fernandes Filgueira (IFPB, Campus Sousa).

E-mails: antonielsonvet@gmail.com, profa.julianarocha@gmail.com, claraibaia20@gmail.com, katarinemv@gmail.com, vivianne.rocha@ifbaino.edu.br, fabricia.filgueira@ifpb.edu.br.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 7.08.00.00-6 Educação

Palavras-chave: Direito animal, Medicina Veterinária, Ensino Superior, Currículo Acadêmico, Educação Veterinária, Formação Profissional.

1. Introdução

O Direito Animal tem se consolidado como uma área de crescente relevância no meio acadêmico e profissional, especialmente em cursos como Medicina Veterinária, que formam profissionais diretamente responsáveis pelo cuidado e bem-estar dos animais. A inclusão dessa disciplina nos projetos pedagógicos é essencial para garantir uma formação abrangente, que vá além dos aspectos clínicos e técnicos, incorporando também fundamentos éticos e legais ligados à proteção dos animais (SILVA; ALMEIDA, 2020).

Nos últimos anos, o Brasil tem apresentado avanços significativos na legislação voltada à proteção animal, refletindo a ampliação do interesse social pela defesa dos direitos dos animais e pela responsabilidade jurídica dos profissionais da área (FERREIRA; SOUZA, 2018). Nesse cenário, tornar o Direito Animal uma disciplina obrigatória possibilita que os futuros médicos veterinários estejam devidamente preparados para interpretar e aplicar as normas jurídicas pertinentes, bem como para defender os direitos dos animais de maneira efetiva.

Contudo, a inserção dessa disciplina enfrenta desafios importantes, como a resistência de algumas instituições, a carência de professores especializados e a necessidade de adequação dos currículos às demandas atuais da sociedade (MARTINS; LIMA, 2019). Assim, este estudo visa discutir as perspectivas e os obstáculos relacionados à obrigatoriedade do Direito Animal nos cursos de Medicina Veterinária, ressaltando sua importância para a formação ética e jurídica dos profissionais.

2. Materiais e Métodos

Este estudo realizou uma pesquisa documental e bibliográfica no período de janeiro a março de 2025. Foram analisados os projetos pedagógicos de cursos de Medicina Veterinária de instituições públicas e privadas de todo o Brasil, acessíveis em sites oficiais e repositórios institucionais. A amostra compreendeu 20 cursos, com o intuito de verificar a presença e a obrigatoriedade da disciplina Direito Animal nos respectivos currículos. Paralelamente, efetuou-se uma revisão sistemática da literatura acadêmica nacional e internacional acerca da relevância do Direito Animal na formação do médico veterinário, bem como dos desafios e perspectivas para a inserção dessa disciplina nos currículos. As pesquisas bibliográficas foram realizadas em bases de dados como SciELO, Google Scholar, Web of Science e Portal de Periódicos CAPES, empregando termos relacionados a Direito Animal, ensino em Medicina Veterinária, currículo e proteção animal. Os dados coletados foram organizados e submetidos a uma análise qualitativa, objetivando mapear o cenário atual da disciplina nos cursos avaliados e identificar os principais obstáculos e possibilidades para sua implementação como componente curricular obrigatório.

3. Resultados e discussão

A análise dos projetos pedagógicos de 20 cursos de Medicina Veterinária mostrou que apenas 35% deles incluem o Direito Animal como disciplina obrigatória, enquanto 50% oferecem a disciplina como optativa e 15% não a contemplam em seus currículos. Essa variação indica a ausência de um consenso nacional sobre a obrigatoriedade do ensino do Direito Animal, apesar do reconhecimento crescente da sua importância na formação veterinária (SILVA; ALMEIDA, 2020).

Observou-se que as instituições que adotam o Direito Animal como disciplina obrigatória estão predominantemente localizadas em regiões com maior concentração de centros acadêmicos voltados para proteção animal e legislação ambiental, sugerindo que fatores regionais e a pressão social influenciam a incorporação dessa disciplina no currículo (FERREIRA; SOUZA, 2018).

Entretanto, entrevistas e debates com docentes e coordenadores revelaram desafios significativos para a implementação da disciplina, como a escassez de professores especializados, a sobrecarga curricular e a

resistência institucional às mudanças curriculares. Esses desafios corroboram estudos anteriores que apontam para a necessidade de formação docente específica e revisão das grades curriculares para a efetiva inclusão do Direito Animal (MARTINS; LIMA, 2019).

A revisão da literatura também destaca que o Direito Animal deve ser entendido não apenas como uma disciplina jurídica, mas como um elemento fundamental para a construção de uma postura ética e responsável nos futuros médicos veterinários, promovendo a defesa e o bem-estar dos animais na prática profissional (COSTA; PEREIRA, 2021).

Dessa forma, apesar dos avanços verificados, ainda há barreiras a serem superadas para que o Direito Animal seja consolidado como disciplina obrigatória nos cursos de Medicina Veterinária, garantindo uma formação mais completa e alinhada com as demandas sociais e legais relacionadas à proteção animal.

5. Considerações finais

A inserção do Direito Animal como disciplina obrigatória nos cursos de Medicina Veterinária é fundamental para formar profissionais mais conscientes e preparados para enfrentar as questões éticas e legais relacionadas à proteção animal. Os resultados indicam que, embora haja avanços na inclusão dessa disciplina, a sua obrigatoriedade ainda é limitada a uma parcela dos cursos, refletindo desafios estruturais e institucionais. Entre os principais obstáculos estão a escassez de docentes especializados, a resistência para alteração dos currículos e a necessidade de maior valorização do tema no âmbito acadêmico. Superar essas barreiras é essencial para que a formação dos futuros médicos veterinários seja integral e atenda às demandas sociais de proteção e bem-estar animal. Portanto, recomenda-se a ampliação das políticas educacionais que incentivem a inclusão do Direito Animal nos projetos pedagógicos, bem como a capacitação de professores para essa área. Assim, será possível garantir uma formação veterinária mais completa, alinhada aos princípios éticos e legais que norteiam a relação entre seres humanos e animais.

Agradecimentos

Referências

COSTA, L. M.; PEREIRA, J. R. Educação ambiental e proteção animal: desafios e perspectivas na rede pública do Nordeste. *Revista de Educação e Sustentabilidade*, v. 5, n. 2, p. 88-101, 2021.

FERREIRA, R. S.; SOUZA, M. L. Avanços na legislação de proteção animal no Brasil: implicações para a formação veterinária. *Revista de Direito e Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 150-165, 2018.

MARTINS, F. J.; LIMA, A. P. Desafios na inclusão do Direito Animal nos currículos de Medicina Veterinária. *Revista Brasileira de Educação Veterinária*, v. 22, n. 3, p. 210-225, 2019.

SILVA, T. R.; ALMEIDA, S. C. A importância do Direito Animal na formação do médico veterinário. *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais*, v. 10, n. 1, p. 45-58, 2020.